



CRÔNICA

J. RIGOLÃO
jose@rigolon.com.br

GUERRA É GUERRA!

Naquela noite já primavera, eu mais três amigos confortavelmente instalados na última mesa à esquerda do bar do Abud, como de costume, falávamos sobre eleições e futebol. É de conhecimento geral que mesmo as conclusões aproveitáveis sobre esses dois temas estão fadadas a "não dar em nada", como de fato aconteceu.

Chico: - Vamos mudar de assunto, essa linda noite de lua cheia que estamos vivendo merece outro tema.

Zeca: - Chico, você me fez lembrar que uma noite assim, com essa luminosidade, representava tremendo risco para nossas cidades situadas à beira mar, durante a 2ª Guerra Mundial. Lutávamos contra o chamado "Eixo", composto por Alemanha, Itália e Japão. O País precisava tomar uma série de providências defensivas, para proteger suas águas e fronteiras. Santos, com um dos portos mais importantes do Brasil, era um objetivo militar. Naquela época, para viajar a Santos era necessária permissão da polícia. Aparentemente, uma medida um tanto absurda, mas a infiltração e a presença de espiões era uma realidade. Entre as muitas providências, visando dar segurança aos brasileiros, nosso governo instituiu também o que era conhecido como "blackout".

Marcondes: - Em 2015, iremos comemorar os 70 anos do término desse horrível conflito! Você que estava lá, Zeca, me explique mais sobre esse tal de "blackout".

Zeca: - Durante a guerra, o Brasil com oito mil quilômetros de orla marítima para

defender, e os alemães mantinham uma enorme frota de submarinos no Atlântico. Durante o dia, tínhamos a cobertura de pesados hidroaviões de observação bimotores, chamados "Catalina", que partindo da base aérea do Rio de Janeiro, voavam rumo ao sul cerca de duas horas, beirando nosso litoral, e retornando em seguida para o Rio. Outra equipe realizava o mesmo voo no rumo norte. A missão era detectar submarinos em nossas águas. Caso algum fosse visto, a marinha era avisada e a força aérea envia bombadeiros. Durante a noite, havia uma recomendação aos moradores de casas e prédios à beira mar para manter as janelas fechadas com pesadas cortinas, evitando que as luzes pudessem ser vistas do mar. Quanto à iluminação pública, no caso da cidade de Santos, os lampiões ao longo da praia tinham suas faces voltadas para o mar pintadas de preto. Com isso, procurava-se minimizar a possibilidade de ataques inimigos. E havia também a colaboração espontânea de amigos e vizinhos, alertando quem deixava alguma luz exposta. Essa medida de proteção é chamada de "blackout", que em uma tradução simplificada, significa: "escuro do lado de fora".

Figueiredo: - Já li muito sobre essa guerra e gostei da sua explicação, Zeca. Lembro aos amigos que "guerra é guerra" e o primeiro dever das forças armadas de um país é procurar tomar as providências para proteger seu povo. Não podemos esquecer também que a 2ª Guerra Mundial ceifou cinquenta milhões de vidas...

SAGRADA FAMÍLIA PROMOVE NOITE ITALIANA

Dia 29 de novembro, às 20 horas, a comissão de eventos da Paróquia Sagrada Família realiza o evento "Noite Italiana para Famílias", com música ao vivo, no salão paroquial, na Avenida das Mangueiras, ao lado da Prefeitura Municipal. No cardápio consta tagliarini, rondeli, canelone, lasanha e conchiglione. O preço do convite individual é de R\$ 30,00 e as bebidas são à parte. As reservas podem ser feitas pelo fone: (15) 3251-3558.

CAMPANHA DEVERÁ ALEGRAR NATAL DE CRIANÇAS CARENTES

Circe Machado Bastos iniciou nova edição da campanha para arrecadação de brinquedos, que irão alegrar o Natal de menores carentes de Tatuí. Qualquer pessoa pode colaborar, através da doação de brinquedos novos ou usados, além de balas e guloseimas, papel e embalagens para presentes. Os brinquedos deverão ser entregues por Circe na véspera de Natal, quando ele veste-se de "Mamãe Noel".

São aceitas doações de qualquer tipo, mesmo que o brinquedo não esteja em bom

estado, pois Circe mantém uma oficina nos fundos de sua casa, onde recicla os brinquedos usados. Ela destaca que "o brinquedo que não é mais utilizado por alguém irá trazer alegria para outra criança que não pode comprar presentes".

Pessoas interessadas em ajudar podem levar sua doação até a residência de Circe, na Vila Arthur Napoleão Oliveira, nº 66, Bairro Santa Cruz, ao lado do estádio de futebol. Mais informações sobre a campanha natalina são obtidas pelo fone: (15) 3259-7214.

JORNAL integração

EXPEDIENTE

Integração - o Jornal do Povo Ltda. - Rua São Bento, 785 - Tatuí/SP - CNPJ: 45.941.838/0001-18

DIRETOR RESPONSÁVEL:

José Reiner Fernandes (Reg. no MTB. Nº 12095)

DIRETOR PROPRIETÁRIO

Renê José Rodrigues Fernandes

REDATORA:

Aideé Maria Rodrigues Fernandes (Reg. no MTB. Nº 16035)

ESPORTES:

Rogério Lisboa (Reg. no MTB. Nº 24727)

FUNDADORES em 24/12/1975:

José Reiner Fernandes, Francisco José Lang Fernandes de Oliveira, Roberto Antônio Carlessi, Ivan Gonçalves e Acassil José de Oliveira Camargo

Propriedade da Empresa Jornalística Integração - o Jornal do Povo Ltda.

Rua São Bento, 785- Tatuí/SP - CEP: 18270-820

Tiragem: 3.500 exemplares

e-mail: integracao@asseto.com.br

Impresso: A Tribuna de Piracicaba - Rua Luiz Gama, 144 - Piracicaba/SP

Opinião

PARCERIAS PODEM INVIAZILIZAR INVESTIMENTOS

* Marcos Cintra

A agenda para o segundo mandato de Dilma Rousseff está repleta de desafios no âmbito econômico. Um dos mais expressivos é a viabilização de investimentos em infraestrutura, cuja carência se tornou um dos determinantes para a queda do potencial de crescimento do PIB brasileiro nos últimos anos.

Nesse sentido, ganha força a apostila nas Parcerias Público-Privadas (PPPs), mecanismo instituído há dez anos no País e que ainda não deslanhou. O governo afirma que pretende usá-las, mas trata-se de uma forma alternativa de investimentos que sofre fortes restrições, que precisam ser superadas.

Um dos principais entraves para o uso das PPPs se refere à legislação brasileira. As normas jurídicas no País são extremamente rígidas, determinando que só se faça o que está estabelecido. Em outros países elas são pragmáticas e adaptativas, permitindo inovações, desde que a lei não proíba. Flexibilizar a legislação relacionada às PPPs é uma necessidade indispensável para expandir o leque de possibilidade de investimentos via parcerias entre os agentes públicos e privados.

Outro item que dificulta o desenvolvimento de PPPs no Brasil é a instabilidade inflacionária: o País ainda é influenciado por uma experiência de décadas de inflação muito alta. Dessa forma, a aplicação de índices de preços em PPPs não reflete a realidade, pois são, em geral, contratos de longo prazo.

A fragilidade do governo como um todo também interfere no desenvolvimento das PPPs. Em muitos países, o setor público é, tecnicamente, o mais sólido, o que permite ao setor privado julgar-se

suficientemente seguro para firmar parcerias. Já no Brasil, as incertezas e os riscos associados ao setor governamental fazem com que sejam exigidas garantias adicionais para a viabilização de projetos envolvendo governo e empresas. Diversas debilidades, como a questão do endividamento, a falta de poupança e os déficits orçamentários tornam necessária a criação de estruturas complexas, que possam dar garantias a operações de alto custo.

Outro ponto importante é a percepção assistencialista que parte da sociedade brasileira tem sobre as obrigações licitadas. Uma PPP implica que o setor privado opere um determinado serviço público, mas a ideia em alguns segmentos sociais é a do Estado como produtor de todos os serviços públicos prestados à sociedade. Um exemplo é o casos dos presídios. Atualmente o custo de cada detento é três vezes maior do que o custo de um bolsista universitário. Ainda assim, quando se considera privatizar o sistema de presídio, enfrenta-se resistência, pois persiste o preconceito arraigado de que o Estado é o "grande pai" e tem que fornecer tudo.

Todos os pontos citados são empecilhos para a economia do País e determinam os grandes atrasos do setor público brasileiro. É fundamental refletir com seriedade sobre estas questões e buscar soluções. É preciso deixar aspectos ideológicos de lado e ter uma visão prática da situação. Tudo isso deve ser levado em conta se o governo quiser tirar do papel projetos de infraestrutura através das PPPs.

* Marcos Cintra é doutor em Economia pela Universidade Harvard (EUA) e professor titular de Economia na FGV (Fundação Getúlio Vargas). www.facebook.com/marcoscintraalbuquerque

TROVAS

J. R. do Amaral Lincoln

Um velho ditado reza
(e eu concordo, por inteiro):
a barata que se preza
não entra num galinheiro.

É de teu nome que emana
minha maior pretensão,
pois, quando digo "Mariana",
tenho o universo na mão!

Se em meu lar, ao pé da serra,
entra o sol, a chuva e o vento,
não entra o rei da Inglaterra,
sem o meu consentimento.

DAS PESSOAS QUE VALEM A PENA

Meio franzino, voz de locutor,

assim era Valter Leite, o "Carioca". Com seu jeito inigualável, transitava em todos os meios de nossa querida Tatuí. Do mais simples ao mais erudi- to. Exemplo de vida, Carioca conquistou a todos com sua simplicidade, elegância e seu traço marcante: honestidade e a amizade leal a todos que com ele conviviam e tiveram o privilégio de conhecê-lo.

Palavras são palavras. Quando se trata do Valter é difícil não descrevê-lo como um "cara" fantástico e enumerar uma infinidade de adjetivos para

defini-lo.

"Carioca" deixa momentaneamente a querida Marilda, sua esposa, filhos e o intrépido e tão querido Rafael. Com certeza, onde ele estiver continua com sua luz própria. É um exemplo a ser seguido. Pela sua simplicidade e singeleza, permanecerá na lembrança de seus familiares e amigos. "Carioca" foi uma pessoa que valeu a pena conhecer e conviver.

Palavras são palavras. Quando se trata do Valter é difícil não descrevê-lo como um "cara" fantástico e enumerar uma infinidade de adjetivos para

SPVIAS REALIZA CAMPANHA PARA ARRECADAR BRINQUEDOS

A concessionária CCR SPVIAS, que administra várias estradas da região, realiza a edição 2014 da campanha de arrecadação de brinquedos entre seus colaboradores, parceiros e demais interessados, por ocasião do Natal.

As doações serão encaminhadas para os Fundos Sociais de Solidariedade de 26 municípios da região, incluindo Tatuí, e repassados para crianças carentes, que terão a oportunidade de ganhar um presente e passar um Natal mais feliz.

A assessoria da SPVIAS informa que nos anos anteriores, a campanha arrecadou mais de 16 mil brinquedos. As pessoas ou empresas que desejam auxiliar neste ato de solidariedade devem entrar em contato pelo fone: (15) 3259-8005.

25 ANOS DA LEI CONTRA O RACISMO

Andréa Longhi Simões Almeida

O Brasil nunca estabeleceu um regime jurídico de segregação racial da população negra, como fizeram os EUA e a África do Sul, por exemplo. Apesar do nosso passado escravagista, somos vistos no mundo como uma democracia racial, mas na realidade isso não passa de um mito ideológico pois pesquisas apontam que 87% da população admite que há racismo no país e 4% admite ser racista. O racismo deve ser visto dentro de um contexto mais amplo que abrange todas as outras formas de desigualdade e o Brasil está entre os 10 países mais desiguais do mundo. Por aqui o poder econômico é detido por uma minoria branca e a maioria da população em situação de pobreza é negra. A desigualdade racial também atinge a educação. No ensino superior, por exemplo, somente 6,6% dos estudantes é negro. A própria mídia enfatiza o comportamento racista da população quando mostra cenas de violência e crimes praticados por personagens negros, criando estereótipos negativos que contribuem ainda mais para a segregação racial.

Ante esse panorama desolador, o advento da Lei 7.716/89, que define os crimes

resultantes de preconceito de raça ou de cor representou um enorme avanço e um alento para a defesa da dignidade da pessoa humana. Essa lei foi promulgada para regularizar o art. 5º, inciso XLII da Constituição Federal de 1988, que tornou a prática do racismo crime inafiançável. Ao longo de 25 anos de existência, já ajudou inúmeras vítimas do crime, que ainda é praticado em pleno século XXI. Do ponto de vista legal, as leis são importantes porque definem os ilícitos e os critérios de punição dos culpados, mas a questão não é simplesmente jurídica e sim de ordem social. Para diminuir não somente o preconceito racial, mas as desigualdades em geral, é preciso investir em educação e esclarecimento da população sobre seus direitos e garantias individuais e questões como dignidade da pessoa humana, para que aprendam a cultivar a tolerância e respeito às diferenças.

Andréa Longhi Simões Almeida é advogada e sócia do escritório Longhi Simões & Santala Sociedade de Advogados, que atua em Tatuí e região. É mestre em direito obrogacional (UNESP), professora de Direito Civil, Direito Eletrônico, Negociação e Contratos Internacionais e palestrante nas suas áreas de especialidade.


Longhi Simões & Santala
Sociedade de Advogados OAB/SP 15.517
Rua Santa Cruz, 656, Centro
Tatuí, SP, CEP 18270-320
Fone (15) 3305.3922
www.lsses.com.br

SANTA CASA

A comissão da Santa Casa, composta dos srs. Carlos Orsi, José de Campos, Manoel Vieira de Camargo e Antonio Rodrigues de Almeida foi dia 13 a Bofete, para angariar doações para nossa casa de saúde. Lá, juntamente com a comissão nomeada para aquele município, que se compõe dos srs. Vidal Gonçalves de Andrade, Theophilo Pratt, Pedro Franco de Meira e Raul de Mello, obteve inúmeros e valiosos doadores.

PARABÉNS

Farão anos dia 23 a exma. senhorinha Cacilda Grazia e o sr. Laurindo Minhoto Sobrinho. Dia 24, a exma. sra. d. Heleonildes Menezes, esposa do photographo sr. José Menezes. Dia 25, a exma. sra. d. Maria Almeida Kuntz, esposa do sr. Heleodoro Kuntz, e a exma. sra. d. Mariquinha Pereira, esposa do sr. Memede Pereira. Dia 26, aniversaria a exma. sra. d. Helena Antunes Soares, esposa do sr. José Francelino Soares. Nossos cumprimentos.